

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIA LOPES ONGARATTO

INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

CAMPINAS

2012

LIA LOPES ONGARATTO

INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a conclusão da graduação, sob a orientação da Prof^a Dr^a Anita Liberalesso Neri.

CAMPINAS

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

On3i

Ongaratto, Lia Lopes, 1990-
Interfaces entre educação e envelhecimento / Lia Lopes
Ongaratto. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Anita Liberalesso Neri.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação. 2. Envelhecimento. 3. Formação de
professores. I. Neri, Anita Liberalesso, 1946- II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

12-235-BFE

LIA LOPES ONGARATTO

INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a conclusão da graduação, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Anita Liberalesso Neri.

Data de aprovação: _____

PROF^ª DR^ª ANITA LIBERALESSO NERI

Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas

PROF^ª DR^ª MARIA CAROLINA BOVÉRIO GALZERANI

Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas

À minha família tão preciosa, meus pais Fernando e Sandra, meu irmão Lucas, meus avós queridos Derza, Pedro e Laura e ao meu futuro esposo Esdras.

Agradecimentos

“São muitas, Senhor, Deus meu, as maravilhas que tens operado e também os teus desígnios para conosco; ninguém há que se possa igualar contigo. Eu quisera anunciá-los e deles falar, mas são mais do que se pode contar” (Salmos 40:5).

Sou grata primeiramente a Deus, que diariamente tem dispensado amor e misericórdia sobre mim, me encorajando a perseverar até a Sua volta e o estabelecimento do Seu Reino na terra.

Agradeço à família maravilhosa que Deus me deu, que me ensinou desde criança a andar em Seus caminhos, o que me possibilitou escolher viver eternamente por eles. Uma família preciosa, que me proporcionou também, em meio a muitas dificuldades, completar meus estudos com total dedicação e empenho.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Anita Liberalesso Neri, que com paciência e muita competência, tem acompanhado minhas pesquisas desde o projeto de iniciação científica. Seu compromisso e experiência são inquestionáveis e enriqueceram muito a minha vida.

À professora Prof^a. Dr^a. Maria Carolina Bovério Galzerani, que aceitou gentilmente revisar e contribuir para a finalização do trabalho.

À minha amiga Larissa Juliane Arten que foi minha “terceira” leitora do trabalho e muito mais do que isso, que foi minha companheira espiritual em praticamente todo o curso.

Agradeço também a Andrea, Daiane e Thalita, pelas conversas, risadas e trabalhos em grupos realizados durante o curso.

Enfim, agradeço a todos meus familiares e amigos sinceros que fazem parte da minha vida e me ajudam a ser mais feliz.

Resumo: Em uma sociedade que está envelhecendo, a educação pode ser uma oportunidade de inserção dos idosos em diferentes contextos dos quais estão excluídos. Além de proporcionar melhores condições de vida na velhice, a educação também contribui para a autonomia dos idosos, principalmente no que se refere à tomada de decisões. A educação dos idosos será, no futuro, uma importante área de atuação para os pedagogos, uma vez que se prevê que o atual percentual de 11% de pessoas acima de 60 anos, subirá para cerca de 25% nas próximas décadas. Este trabalho pretende mostrar as diferentes interfaces que existem entre Educação e Envelhecimento, ampliando a visão educacional focada apenas na criança para uma visão que inclui os idosos e que considera o ser humano em todos seus aspectos, como um ser integral, em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento. O idoso, além de aprendiz, é produtor do conhecimento. Trata-se assim, da ampliação do conceito de educação, que deixa de focalizar apenas a criança e o adolescente, em favor de uma visão de educação permanente. Com base na literatura e em depoimentos de especialistas brasileiros em gerontologia educacional, o trabalho analisa experiências de educação de idosos envolvendo a Universidade e a ação de educadores. Defende o argumento de que a participação da pedagogia é ainda tímida e que deverá ser ampliada para que a área cresça acompanhando as necessidades sociais e realize todo o seu potencial.

Palavras-chave: Educação, envelhecimento e formação de professores.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 - A EDUCAÇÃO E O IDOSO	11
O direito legal do idoso à educação	11
O papel da educação ao longo da vida.....	14
2 - A RELAÇÃO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO - IDOSO: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS	21
A contribuição do pedagogo	21
Campos de atuação.....	24
Formação de professores.....	27
3 - EXEMPLOS DE EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	30
4 - O QUE O PROFISSIONAL A EDUCAÇÃO PODE OFERECER AOS IDOSOS: A OPINIÃO DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

A redução da taxa de natalidade, associada à redução da taxa de mortalidade de pessoas idosas e ao aumento da expectativa de vida são os principais fatores para o aumento do envelhecimento da população. Esta etapa da vida é caracterizada por declínios, que de fato ocorrem, porém, o desenvolvimento humano é um processo que inclui perdas e ganhos. Se por um lado ocorrem perdas em processos cognitivos básicos, como por exemplo, memória e atenção, por outro, há ganhos em relação a experiência vivida e aos saberes acumulados sobre a vida. Por isso é muito importante compreender a velhice como uma conquista, admitindo os direitos dos idosos e considerando as possibilidades de ganhos inerentes à ela.

A concepção de velhice como fruto da passagem do tempo cronológico, marcado por perdas, inatividade e improdutividade cede lugar a uma nova noção de velhice, como Guita G. Debert (2004) afirma, “a ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal” (p.14).

Os idosos cada vez mais constituem uma representativa parcela da população e se prevê que o atual percentual de 11% de pessoas acima de 60 anos, subirá para cerca de 25% nas próximas décadas. Dessa maneira, é necessário que políticas públicas sejam estabelecidas para o atendimento de toda essa demanda.

Durante séculos, a velhice foi considerada como doença e os idosos como seres improdutivos, que deveriam afastar-se da vida social. Não foi diferente no século XIX, durante o processo de industrialização e nem nas décadas mais recentes, consideradas as décadas do conhecimento. Todaro (2009) destaca que segundo Villaça (1999) “os que não são produtores e os inúteis como consumidores são pessoas que a economia, com sua lógica de suscitar e satisfazer necessidades, dispensa. Aos excluídos, resta o rótulo velhinhos” (p.14).

Essa situação sofreu e sofre mudanças a partir do momento em que se percebeu um aumento da população idosa no mundo, tornando necessário o investimento nas pessoas dessa faixa etária, para que permaneçam ativas e produtivas e não gerem excessivo ônus para a sociedade. Em todo o mundo, pesquisas e políticas em favor do envelhecimento ativo têm se encarregado de promover uma vida saudável, ativa, produtiva e bem-sucedida. É claro que a humanidade ainda está longe de alcançar plena valorização e plena atribuição de direitos aos idosos, justamente porque as sociedades humanas ainda não estão preparadas para oferecer as mesmas condições e oportunidades sociais aos seus membros ativos e inativos. A oferta de oportunidades educacionais aos idosos é ação que se insere na ótica de valorização dos mesmos, considerando-se não só seus direitos, como também o seu potencial de contribuir para a cultura.

Portanto, este trabalho tem como objetivo mostrar as diferentes interfaces que existem entre a educação e o envelhecimento, ampliando a visão educacional tradicional focada na criança e no jovem para uma visão que inclui os idosos, que considera o ser humano em todos seus aspectos, como um ser integral, em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus conhecimentos e além de aprendiz o idoso é produtor do conhecimento, tal concepção é compatível com a noção de educação para toda vida.

O conhecimento é produzido por meio da relação direta entre o sujeito e o objeto, tomando como referência o processo histórico vivido pela sociedade. Sendo assim, por um lado, a sociedade atual é resultado de todo o processo histórico da humanidade, mas por outro, como sujeitos de determinada época, devemos pensar em produzir novos conhecimentos para os indivíduos do tempo e espaço em que vivemos.

O idoso que está inserido nos contextos educacionais não é um reproduzidor de verdades prontas e acabadas, que fogem da realidade, mas é um “sujeito do processo de produção

cognitivo, (...) capaz de estabelecer diálogos específicos com o social, historicamente dado” (GALZERANI, 1999, p.649). Cachioni (2003), afirma que,

(...) os adultos maduros e idosos têm uma situação privilegiada para aprender, dados sua experiência e seus conhecimentos acumulados ao longo de suas vidas; esses fatores devem ser respeitados no processo educacional. Nessa perspectiva, o aluno deve ser o agente principal e o professor, o condutor (p.126).

Essa visão do educando idoso só é possível quando o educador assume a concepção que considera a velhice como um momento, uma etapa da vida em que as perdas cognitivas podem ocorrer, mas que também há ganhos, e muitas vezes, esses ganhos são mais profundos e com mais significados, pois se mesclam com as experiências já vividas.

Documentos como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 1999), a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988), apontam para a necessidade de uma ação educativa gerontológica, visando minimizar o preconceito em relação à velhice e os idosos.

Neste trabalho, pretende-se discutir pontos considerados essenciais sobre a relação educação – idoso. No tópico 1, intitulado “A educação e o idoso”, serão abordados os direitos legais dos idosos à educação, além de se fazer uma discussão sobre o conceito de educação ao longo da vida. O tópico 2 tratará da relação do profissional da educação e o idoso, por meio de uma discussão sobre a contribuição do pedagogo, seus campos de atuação e sua formação. No tópico 3 serão apresentados, de forma sucinta, exemplos de experiências bem sucedidas de programas de educação permanente e por fim, no tópico 4, será discutida a questão de o que o profissional da educação pode oferecer aos idosos, com base na opinião de especialistas em educação gerontológica consultados para este trabalho.

1. A EDUCAÇÃO E O IDOSO

O direito legal do idoso à educação

Nos anos 1980, após a I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, que ocorreu em Viena em 1982, tiveram início as políticas oficiais referentes aos direitos da população idosa. Segundo publicação coletiva “Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social”, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (2008), “os governos adotaram um plano de ação Internacional que, até hoje, constitui a base das políticas públicas elaboradas para a população idosa. Um dos aspectos reconhecidos como essenciais desse plano é o papel da mídia na elaboração de imagens positivas do envelhecimento” (p.55).

Em 1991, a ONU aprovou e divulgou documento contendo os cinco princípios relativos aos direitos dos idosos: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade. Em 1999, esse organismo internacional estabeleceu o Ano Internacional da Pessoa Idosa e em 2002, realizou-se a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (Madri/Espanha), onde o conceito de envelhecimento ativo foi reforçado. No âmbito da América Latina, em 2003 foi realizada a I Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Envelhecimento, resultando em um documento intitulado “Estratégias Regionais de Implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008). Em 2007, em Brasília, ocorreu a II Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Envelhecimento, que resultou na “Declaração de Brasília, tendo destaque a designação de um relator do Conselho de Direitos Humanos da ONU para velar pela promoção dos direitos da

pessoa idosa. Cada país deveria consultar seu governo sobre a criação de uma convenção da pessoa idosa como um documento jurídico em âmbito internacional” (2008, p.56).

O Censo BRASIL realizado em 2010 aponta que ocorreu uma diminuição da proporção de jovens e aumentou a de idosos, crescendo a participação relativa da população com 65 anos ou mais, que em 1991 era de 4,8%, passando em 2000 para 5,9% e chegando em 2010 a 7,4%. Com o aumento dessa população, aumenta a necessidade de efetivar políticas que protejam e assegurem os direitos da pessoa idosa, que se encontra muitas vezes em situação de negligência e abandono. Dentre muitos direitos, como saúde, alimentação, habitação e cuidado, encontra-se também o direito à educação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, já declarava em seu Artigo 26 – “Toda pessoa tem direito à educação” (BRASIL, 1948) e mais do que isso, até o nível fundamental, essa educação deve ser gratuita, ou seja, é de responsabilidade do Estado. A Constituição Federal reafirma isso em seu artigo 205, que “a educação é um direito de todos, um dever do Estado e da família, sendo incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Não existe ainda, no Brasil, uma política pública específica que trata da educação voltada aos idosos, mas, de forma abrangente, o Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 declara:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

**(Estatuto do Idoso- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Título II - Dos Direitos Fundamentais
Capítulo V- Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer)**

No artigo 3º, o Estatuto garante que “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, de outubro de 2006, afirma sobre a importância da participação dos idosos na comunidade, além da necessidade de criação de políticas que garantam os direitos básicos dos idosos como saúde, acessibilidade e combate à violência. Também destaca a importância da formação de profissionais para atuarem nessa área e da inclusão desse tema nos currículos escolares, assuntos que serão discutidos nos próximos capítulos. Sendo essa questão de responsabilidade pública, os Estados e Municípios devem implantar programas educacionais voltados aos idosos, porém, para que isso ocorra de fato, é necessário que se tenha uma noção de educação integral mais democrática e comprometida, que inclua os idosos e seus direitos.

É notório o surgimento de novas Leis e Políticas que visam garantir os direitos dos idosos, mas é necessário que atitudes práticas sejam tomadas para a efetivação desses direitos, pois ainda são poucas as ações dirigidas à população idosa no que se refere à educação. Tais políticas devem superar os preconceitos, promovendo inclusive, o contato intergeracional, que

possibilita trocas e mútua cooperação entre indivíduos de várias faixas etárias. Além disso, os idosos possuem o direito de terem seus saberes valorizados e compartilhados com os mais jovens. Há necessidade de criação de políticas públicas efetivas para garantia do acesso dos idosos em espaços educativos, visando o exercício da cidadania, a construção de novos conhecimentos, novas atitudes e valores, para que os idosos se posicionem de forma crítica e participativa na sociedade.

Segundo Doll (2008) as pessoas em geral, hoje, têm chance de viver de 20 a 30 anos após a aposentadoria, abrindo-se assim:

(...) espaços importantes para o campo da educação. Em primeiro lugar percebemos a necessidade de informações sobre o envelhecimento, que devem ser fornecidos já durante a fase escolar e ajudar a compreender a vida humana na sua inteira extensão, incluindo possibilidades de vida significativa em cada fase. Outros aspectos educacionais importantes seriam uma preparação adequada para a aposentadoria. E depois, a busca por atividades significativas na vida pode também ser compreendida como um processo educativo (DOLL, 2008, p.8).

O papel da educação ao longo da vida

O campo da educação voltado para os idosos está em constante crescimento e muitas são as definições que tentam contemplar os conceitos de educação e velhice. Dentre elas podemos destacar: educação gerontológica, gerontologia educacional, gerontagogia e educação permanente.

A educação gerontológica “focaliza o ensino sobre uma sociedade que envelhece, com a finalidade de: preparar e atualizar para carreiras profissionais em gerontologia; preparar cuidadores informais; oferecer à sociedade informações sobre velhice, envelhecimento e necessidades dos idosos” (CACHIONI e PALMA, 2006, p.1463).

A gerontologia educacional envolve seleção e provisão de métodos para melhorar o trabalho dos profissionais e também a aprendizagem dos idosos. É um campo que tenta integrar as instituições e processos de educação com o conhecimento sobre o envelhecimento e as necessidades específicas dos idosos. Integra três aspectos: a) Educação para os idosos/ b) Educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos/ c) Formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos.

A gerontagogia é a “ciência educacional interdisciplinar cujo objeto de estudo é o idoso em situação pedagógica; é, assim, uma ciência aplicada” (CACHIONI e PALMA, 2006, p.1463). No Brasil, este termo não é muito utilizado, sendo mais comum o uso dos outros termos acima citados.

Both (2001) define educação permanente como

“a oportunidade de aprendizagens contínuas com a finalidade de construir um ser humano interessante, atualizando seus potenciais internos de querer, pensar e amar, e seus vínculos para atender a sua necessidade de interação, participação e reconhecimento público” (p.129).

Ela deve levar em consideração a história pessoal do sujeito, com vistas ao seu desenvolvimento pessoal e deve ser capaz de “conscientizar o idoso da complexidade do momento mundial atual e torná-lo capaz de construir o seu conhecimento, reelaborando os conhecimentos que recebe, posicionando-se como um sujeito, capaz de provocar mudanças, compartilhando com o outro” (LIMA, 2000, p. 48).

A educação permanente baseia-se em uma nova concepção de homem, em que os educandos são vistos como parceiros de todo o processo educativo. Para os idosos, é a oportunidade de aprender novos conhecimentos, se atualizarem e se sentirem parte de um grupo que busca o enfrentamento dos desafios diários.

Pesquisas apontam que:

Os projetos envolvendo a Educação Permanente oferecem possibilidades de instrumentalizar os idosos para lidarem com os estereótipos e com as crenças preconceituosas sobre a velhice. Toda aprendizagem é um importante recurso para manter a funcionalidade, a flexibilidade e a possibilidade de adaptação dos idosos, em busca de uma vida boa. As oportunidades educacionais são apontadas como importantes antecedentes de ganhos evolutivos na velhice; acredita-se que elas intensificam os contatos sociais, a troca de vivências, de conhecimentos e o aperfeiçoamento pessoal (IRIGARAY, 2004, p.60).

Assim, a educação deve ser um processo contínuo, que ocorre durante toda a vida, sejam em espaços formais, informais ou não formais. A educação não formal aparece como um importante espaço de conscientização da população idosa, que por meio de seu caráter popular, vem com “o intuito de formar cidadãos cada vez mais conscientes e desenvolver seja em casa, no trabalho, no lazer, uma extensa conscientização na busca por uma educação de qualidade que vise melhores condições num todo” (MIRANDA; COSTA, 2011, p. 7).

Dentro da experiência de educação não formal, a constituição de grupos é uma das estratégias de trabalho. O formato de oficinas, grupos de debates e grupos de interesse é muito importante à medida que estimula a participação, o envolvimento e a contribuição de todos os idosos no processo criativo, desenvolvendo a autonomia de cada um. É na prática do cotidiano que os idosos se descobrem sujeitos e formam-se cidadãos conscientes de suas ações. Por meio deste caráter coletivo, os indivíduos idosos constroem coletivamente, condições apropriadas para uma educação de qualidade que contribua para o desenvolvimento de sujeitos participantes. “A educação para o idoso não deve ser apenas uma oportunidade de reciclagem intelectual, mas sim, uma possibilidade de dialogar e participar com seus iguais na construção do seu próprio processo formativo” (GOMES, 2007, p.68). A educação pode ajudar os idosos na conquista de novos espaços sociais, pois possui a função de socializar e produzir novos conhecimentos e experiências.

Uma das principais razões pelas quais os idosos sentem necessidade de se inserir em contextos educacionais é para prolongarem sua socialização, além de se afirmarem como

cidadãos capazes e criticamente participativos na sociedade, pois atividades educacionais podem favorecer o envolvimento e o engajamento social, a autoestima, o senso de auto eficácia e a qualidade de vida dos idosos. A educação continuada dos idosos, como um prolongamento do processo de socialização e inserção social é um dos meios pelo qual se garante a cidadania, que é um direito fundamental dos homens. Nessa perspectiva educacional, a aprendizagem deve ser significativa e o idoso deve ser o agente ao invés do objeto da ação educativa. Libertos dos falsos estereótipos opressores, os idosos podem se posicionar pelo que de fato pensam e querem, conseguindo assim atuar conforme suas próprias vontades. Isso ocorre a partir do momento em que a criticidade é despertada, por meio de uma educação que leve os idosos a uma diferente postura diante dos problemas atuais, que os estimule a reconquistar seu espaço e possibilite mudanças de atitudes.

Uma educação voltada para o processo de humanização, visando à transformação social e à formação do homem integral deve ser permanente e ao longo da vida. A educação ao longo da vida é um dos temas tratados no Relatório da UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI, organizado por Jacques Delors e publicado em 1996 e que tem por título “Educação- um tesouro a descobrir” (DELORS, 1996).

Este relatório mostra que a sociedade atual é baseada na aquisição, na atualização e na utilização dos conhecimentos, e que a educação tem por responsabilidade possibilitar que todos - crianças, jovens, adultos e velhos -, possam escolher, organizar e utilizar novos conhecimentos e novas informações. Ou seja, a educação “tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social” (DELORS, 1996, p.51). Esse ser humano em sua dimensão social não é apenas mais uma pessoa qualificada para o mundo do trabalho, mas alguém que por meio da educação se insere na sociedade de forma crítica e consciente.

A educação ao longo da vida, como proposto no Relatório, é uma construção contínua da pessoa humana, além de surgir como uma resposta às rápidas transformações que ocorrem no mundo, principalmente por meio das novas tecnologias. Deve ser uma educação emancipadora, que faça com que cada indivíduo tome suas decisões e onde todos os saberes são valorizados, não só os do professor. Sendo assim, é um processo dialético em que “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.23).

É importante destacar do Relatório da UNESCO, uma ampliação do conceito de Educação, que deve ocorrer em instituições formais, não formais e informais. O Documento destaca quatro pilares da educação que são considerados a base de todo esse processo educativo que deve se estender ao longo da vida. São eles:

- APRENDER A CONHECER: Com o intuito de adquirir os instrumentos da compreensão, dominar os próprios instrumentos do conhecimento, “supõe antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento” (DELORS, 1996, p. 92). Parte do pressuposto de que o processo de aprendizagem do conhecimento não tem fim, sempre pode se enriquecer, principalmente por meio das experiências.

- APRENDER A FAZER: Para poder agir sobre o meio envolvente, para “adquirir competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe” (DELORS, 1996, p.101).

- APRENDER A VIVER JUNTOS: Com o fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. “Na prática letiva diária, a participação de professores e alunos em projetos comuns pode dar origem à aprendizagem de métodos de resolução de conflitos e constituir uma referência para a vida futura dos alunos, enriquecendo a relação professor/ aluno” (DELORS, 1996, p.99).

- APRENDER A SER: É uma via essencial que integra as três precedentes, pois “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (DELORS, 1996, p.99). Por meio da educação, as pessoas devem aprender a agir com maior capacidade de autonomia, sem negar nenhuma de suas potencialidades.

Tais pilares propostos pela UNESCO também são base da educação para os idosos, que deve sempre levar em consideração suas experiências anteriores. De acordo com Cachioni e Palma (2006), existem três princípios que devem sustentar a proposta educativa para os idosos:

1. Princípio da atividade: As atividades que serão realizadas com os idosos devem basear-se não sobre o que a pessoa é, mas sobre suas potencialidades, sobre o que ela pode ser. Devem possibilitar autonomia e autorrealização, além de serem realizadas a partir de uma “decisão livre, autônoma e criativa para que o idoso alcance satisfação pessoal e coletiva” (p.1464).
2. Princípio da independência: A educação deve proporcionar aos idosos a possibilidade de serem independentes e autônomos, sendo ativos dos processos educativos e não receptores passivos.
3. Princípio da participação: Os idosos possuem o direito de participarem ativamente na sociedade. Para que essa participação ocorra, é necessário que eles possuam as mesmas oportunidades oferecidas a todos os cidadãos, não sofrendo nenhuma discriminação e preconceito.

A educação não pode deixar de lado as especificidades da velhice, suas necessidades, seus interesses e suas maneiras de aprender, que são diferentes daquelas dos mais jovens. É de

suma importância que o ambiente educativo proporcione as condições de ensino adequadas para esse segmento etário, além do que deve investir em formação e atualização das pessoas envolvidas nos programas educacionais organizados para os idosos.

No livro “Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos”, as autoras Neri e Yassuda (2004) destacam alguns pontos importantes sobre a questão educação e velhice, como: necessidade de mudança de atitude social dos próprios idosos; importância da criação de novas metodologias que atendam as características dos idosos, considerando os aspectos afetivos, cognitivos, sociais e ambientais; a educação para os idosos deve possibilitar o crescimento individual enquanto pessoas singulares e também o crescimento coletivo, enquanto sujeitos sociais.

Nessa mesma linha, Martins de Sá (2006) levanta expectativas em relação aos idosos. Espera-se que, por meio da educação, eles sejam capazes de: aprender a aprender por meio de atitudes participativas; aprender a avaliar-se, distinguindo o principal/essencial do secundário/acessório; exercitar sua capacidade de análise, comparação, síntese e crítica de forma a construir um conhecimento baseado em trocas; compreender-se enquanto totalidade humana, enquanto um ser social, que busca a humanização.

Essa autonomia adquirida por meio do processo educacional é fundamental para que a pessoa idosa se assuma como protagonista de sua vida e assim, seja capaz de estabelecer relações de trocas, seja entre os próprios idosos ou entre outras gerações.

2. A RELAÇÃO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO - IDOSO: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

A contribuição do pedagogo

É muito importante que aqueles que se dispuserem a trabalhar com os idosos se conscientizem de que este trabalho deve constituir-se com eles e não para eles, ou seja, as suas capacidades e potencialidades devem ser levadas em consideração. Além de responder a necessidades biológicas, psicológicas e sociais, esse trabalho deve visar à formação de cidadãos competentes, capazes de viver na sociedade em mudança. É imperativo evitar que se concretize a preocupação de Bobbio (1997), expressa na citação que se segue:

A marginalização dos velhos em uma época em que a marcha da história é cada vez mais acelerada, é um dado de fato que é impossível ignorar (...) nas sociedades evoluídas, as transformações cada vez mais rápidas, quer os costumes, quer das artes, viraram de cabeça para baixo o relacionamento entre quem sabe e quem não sabe. Cada vez mais o velho passa a ser aquele que não sabe em relação aos jovens que sabem (Bobbio, 1997, p.21).

O pedagogo é elemento importante na transformação dessa concepção sobre a velhice, a partir da valorização dos saberes dos mais velhos e da troca de experiências com outras gerações, é uma via de mão dupla, onde todos tem a oportunidade de ensinar e aprender. Enquanto agentes de mudança, possuem papel essencial na formação de atitudes positivas em relação à velhice. Devem desenvolver a autonomia dos educandos, deve ajudá-los a “encontrar, organizar e gerir o saber” (DELORS, 1996, p.155). O educador não é um mero transmissor de conhecimentos, mas deve “mediar, auxiliar ou facilitar o acesso do educando ao conhecimento, ligando-o com sua experiência de vida cotidiana, permitindo a análise crítica dessa experiência e a sua ultrapassagem no sentido da existência” (MARTINS DE SÁ, 2006, p.313).

Nessa perspectiva, o educador é um libertador que tem por papel oferecer oportunidades para o conhecimento e a reflexão sobre as situações conflitivas pelas quais os idosos passam, como doenças, perdas e medos, ajudando-os na tomada de consciência de seu papel como sujeitos sociais. O educador libertador deve assumir a dimensão do cuidado, do importar-se com o outro. Deve levar em consideração as especificidades desse público, sendo muito importante a participação dos mesmos nas escolhas e decisões tomadas acerca das atividades planejadas. As dificuldades e preferências dos idosos devem ser consideradas e os educadores devem ter consciência de que não existe um único modelo estabelecido de ensino, dessa maneira, o diálogo torna-se essencial, pois estimula os educandos a refletir sobre suas próprias concepções e as dos outros.

Essa pedagogia se sustenta nos ideais de Paulo Freire (1996) que defendia uma educação libertadora, originada nos interesses dos educandos e no diálogo que produz a aprendizagem. É uma pedagogia que contribui para a autoestima dos idosos, pois seus conhecimentos são respeitados e suas experiências de vida são valorizadas e em que educador e educando ensinam e aprendem simultaneamente.

Como sugestão e exemplo de prática pedagógica, Paulo Freire (1996) propõe a utilização de temas geradores sugeridos pelos educandos. É neste sentido, que se torna fundamental a concepção do educando idoso como aquele que é capaz de produzir conhecimento por meio do estabelecimento de diálogos com o social, uma “concepção de sujeito cognitivo (...) como um ser integral, com sua sabedoria e suas emoções, sua racionalidade e intuição, sua verdade e sua poesia” (GALZERANI, 1999, p.9). Em Paulo Freire (1996) vemos que há uma preocupação em que a prática educativa atente para a formação de um indivíduo “capaz de refletir, criticar e expor suas opiniões, sugerir mudanças,

transformar e agir ativamente na sociedade. Tal proposta contrapõe-se ao “eu não sei”, “eu não consigo”, “não sei nada”” (PATROCINIO, 2003, p.212).

Segundo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, pelo contrário, é possibilitar sua construção ou transformação, pois “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (FREIRE, 1996, p.24). Dentro do processo de aprendizagem, uma prática muito importante, mas muitas vezes esquecida, é a escuta. Essa é a essência do diálogo e “é preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado” (FREIRE, 1996, p.117). É só por meio da escuta que o educador consegue aceitar e respeitar os educandos e a leitura de mundo que eles fazem, ou seja, o educador toma como ponto de partida a própria concepção de mundo do educando, levando-os a reflexão e conseqüentemente, a “consciência que os constitui sujeitos” (FREIRE, 2011, p. 24).

É sempre importante que a prática educativa leve em conta o público alvo, para que a metodologia e o material utilizados sejam adequados para atender as demandas desses educandos. O diálogo e a participação de todos devem ser o centro das propostas, sempre considerando os interesses e as necessidades dos idosos. A “velhice, hoje, quer uma educação que transforme, que estimule e liberte o idoso dos estigmas e que permita o idoso ter um espaço significativo na sociedade, exercendo o seu pensamento crítico e a sua cidadania” (GOMES, 2007, p.71).

Campos de atuação

A Política Nacional do Idoso de 1994 já deixava clara a necessidade da formação de profissionais de nível superior para trabalhar com idosos, além da necessidade de pesquisas sobre o envelhecimento e a criação de mais Universidades Abertas à Terceira Idade. Outras possibilidades são o desenvolvimento de programas intergeracionais, de alfabetização, de educação em saúde; de mudanças de atitudes; de bem-estar, envolvendo lazer, turismo, gastronomia e memória histórica; de recuperação da memória autobiográfica e social; de treino de memória episódica e de trabalho; de arte, museu, cinema, expressão verbal, não-verbal e escrita; de estudos e debates; de literatura; de expressão corporal, coordenação motora e rítmica; de música; de ecologia e meio ambiente; de informática, de habilidades sociais e de treinamento de voluntários, entre outros. Os projetos educativos devem possibilitar a inovação, devem ultrapassar o espaço da sala de aula e devem levar em consideração as diferentes instâncias socializadoras de nossa sociedade, como a família, a escola, o trabalho, a igreja, enfim, todo ambiente que proporciona o encontro entre as gerações.

De acordo com Castro (2011), as áreas de interesses dos idosos mais frequentes são: “busca de conhecimentos, curiosidade, ouvir palestras, desenvolvimento pessoal, planejar a velhice, solidão, resgatar a dignidade do idoso, trocas de experiências” (p.20). Lembrando que as demandas podem ser tanto por interesses pessoais, individuais, como também por exigências sociais.

Outra oportunidade de trabalho com os idosos é por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Essa modalidade de ensino, que foi criada para atender jovens e adultos que não completaram os anos de escolarização obrigatórios em idade apropriada, deveria se abrir mais

para os idosos, pois é um espaço muito interessante de troca entre gerações. O trabalho com os idosos nesse espaço ainda é limitado, precisando ser ampliado.

Além dessas sugestões e outras que ainda serão citadas, os pedagogos podem atuar em Universidades da Terceira Idade, que a partir da década de 1980, começaram a desenvolver trabalhos de relevância para os idosos no Brasil. As pioneiras foram as Universidades Federais de Santa Catarina e Santa Maria. As Universidades da 3ª idade tornaram-se centros de pesquisas gerontológicas, sendo um espaço educacional, cultural e político. A educação continuada realizada pelas Universidades Abertas à Terceira Idade e outras instituições, têm se revelado como espaços de convivência e participação em grupo, além de valorização pessoal.

Cada instituição tem sua especificidade, mas em geral, nesses espaços, os idosos participam de aulas, palestras e cursos de interesse, ministrados pelos próprios docentes das Universidades. O tempo destinado às atividades varia, mas normalmente, as turmas de idosos participam durante um ano e meio e ao final, se cumpridas às exigências de frequência, recebem um certificado de participação. Pesquisas indicam que os idosos participantes das Universidades da Terceira Idade, em geral, possuem um desejo pela busca de autonomia, novos conhecimentos e crescimento pessoal, com vistas ao resgate da autoimagem e autoestima (CASTRO, 2011).

Dentro das propostas gerontológicas, o docente, também chamado de animador sociocultural (DELORS, 1996) ou de educador social, tem como função o apoio e estímulo à iniciativa grupal,

(...) uma pessoa que conecta os indivíduos ao seu ambiente e provoca neles atividades de pesquisa, análise, criatividade, reflexão e organização social, incentiva o afloramento de conflitos e de soluções informadas e críticas; promove a participação cidadã e coordena a produção social comunitária (CACHIONI e NERI, 2004, p.106).

De acordo com Cachioni (1998), os programas educacionais possuem o papel muito importante de favorecer o bem-estar subjetivo do adulto maduro e do idoso “pela oportunidade de aquisição e atualização de conhecimentos, e manutenção do convívio social” (p.17). Sendo assim, tais programas devem satisfazer as demandas dessa faixa etária, tanto as individuais quanto as coletivas.

Os programas educacionais intergeracionais são muito importantes, pois indicam um caminho de superação de conflitos e de quebra de preconceitos em relação à velhice. Esses espaços sociais que promovem o convívio entre as gerações são de muito estímulo para a aprendizagem dos idosos. Segundo Neri (2005), o termo intergeracional é utilizado “para referir-se às relações que ocorrem entre indivíduos pertencentes a diferentes gerações” (p.175).

Cachioni e Palma (2006) descrevem com bastante clareza a intencionalidade dos programas educacionais para os idosos ao escreverem,

(...) uma proposta educacional para o adulto maduro e o idoso deve estar fundamentada no reconhecimento da heterogeneidade desse segmento etário, reconhecimento esse que deve conduzir a uma política educativa baseada no respeito pelo sentido da vida e pela dignidade das pessoas, quaisquer que sejam sua classe social, sua profissão e seu nível de escolaridade (p.1457).

Cachioni (2003), destaca alguns temas que podem e devem ser explorados no trabalho com os idosos. Alguns deles são: “relevância do ensino e da aprendizagem destinada à pessoa idosa; memória, cognição e desenvolvimento; reminiscência e história oral; educação permanente como instrumento para mudanças sociais e atitudes em relação à velhice” (p.159). Ainda destaca o que Glendenning considera como indispensável,

(...) os profissionais envolvidos nas ações educativas devem ter consciência da existência de um novo segmento populacional que está permanentemente à procura de novos conhecimentos, e que esses indivíduos possuem necessidades e objetivos distintos dos estudantes mais jovens (p.159).

Para o desenvolvimento desses programas, é essencial que os educadores conheçam as características dos idosos, seus interesses e necessidades e a partir disso, elaborem atividades e projetos que possibilitam uma educação transformadora, que promova a construção de conhecimentos e a identificação de habilidades. Esses programas devem proporcionar aos indivíduos suporte emocional e informacional, que podem auxiliar até mesmo no enfrentamento do estresse, melhorando a qualidade de vida na velhice.

Formação de professores

Os professores que irão trabalhar na área gerontológica devem ter em mente a necessidade de se utilizar de metodologia adequada para a educação dos idosos, que considere os aspectos afetivos, históricos, sociais e cognitivos, relacionando sempre a prática pedagógica com o mundo do educando. O trabalho com idosos é um desafio para o profissional da educação e possibilita uma reflexão e inovação sobre as metodologias e práticas pedagógicas. Há, pois, a necessidade de desenvolver um modelo flexível de currículo, onde professores e idosos trabalhem juntos, diminuindo as atitudes negativas em relação à velhice.

No campo da educação gerontológica, alguns pontos podem ser postos em evidências, na discussão sobre a formação de profissionais para atuar com os idosos. Destacam-se: o profissional deve ter conhecimento sobre a diversidade e heterogeneidade do processo de envelhecimento, para poder contribuir na implementação de programas educacionais interdisciplinares; deve ser um pesquisador da área, tomando sempre conhecimento acerca dos avanços tecnológicos que contribuem para um envelhecimento bem-sucedido; e por fim, deve ter consciência da importância de desenvolver junto à comunidade, programas de

mudanças de atitudes e percepções acerca da velhice e até mais do que isso, acerca do processo de envelhecimento, processo que ocorre diariamente, desde o dia em que nascemos.

Pouca, ou até mesmo nenhuma, importância é dada ainda na área da educação aos conhecimentos gerontológicos na formação dos pedagogos. Pensando nisso, Cachioni (2003), traz as sugestões de Zych (1992), sobre temas que deveriam ser incluídos nas grades curriculares dos cursos de formação de professores, que são: “educação, motivação e pessoas idosas; gerontologia educacional; psicologia do desenvolvimento adulto e velhice; memória, inteligência e aprendizagem na idade adulta e na velhice, e atitudes em relação à velhice. Na área de aplicação e pesquisa, aponta os seguintes temas: preparação e adaptação para a velhice; socialização e papéis sociais na idade avançada; estimulação e aprendizagem entre idosos, e reabilitação em idosos comprometidos intelectualmente” (p.159).

Porém, infelizmente, ainda é praticamente inexistente a inclusão desses temas na formação dos pedagogos, embora “idealmente, a pedagogia deveria oferecer oportunidades para experiências de olhar para outras experiências, saber sobre elas e senti-las” (TODARO, 2009, p.15). Dessa forma, percebemos que é de suma importância a inclusão desse novo olhar da educação sobre os idosos, considerando-os também alvos de seus projetos, valorizando-os como indivíduos produtores de conhecimentos.

Além da formação de profissionais, na Política Nacional do Idoso, artigo 10, é preconizado que sejam inseridos nos currículos mínimos de todas as etapas do ensino formal obrigatório, conteúdos relacionados ao processo de envelhecimento e sobre a velhice, com o fim de minimizar os preconceitos que envolvem este assunto, formando cidadãos mais conscientes, que convivam de forma saudável com a velhice. Segundo Johannes Doll (2008), existe uma discussão sobre isso entre os teóricos que pesquisam sobre currículo, mas nada de efetivo ainda foi feito.

A atuação do pedagogo que irá trabalhar com idosos não deve ser isolada, “mas articulada, pois, compondo uma equipe multiprofissional, deverá promover a dinâmica pedagógica nos eixos para a formação para a cidadania” (PIRES; LIMA, 2007, p.405). A equipe multidisciplinar deve estabelecer objetivos pedagógicos claros e previamente estabelecidos, para que os métodos, a análise e a avaliação sejam mais coerentes, porém sem esquecer que os temas geradores devem partir dos interesses dos educandos. Dessa maneira, o educador de adultos deve levar em consideração todos os aspectos que envolvem os educandos, para propor atividades pedagógicas significativas:

Assim, é necessário ter um conhecimento amplo do grupo para que o trabalho seja eficaz. É importante priorizar o interesse e a preocupação do idoso. Assim, as atividades devem ser organizadas para que se possa trabalhar com melhores condições de ingresso aos cursos e atividades de lazer sem preconceitos de idade, escolaridade ou cor (PIRES; LIMA, 2007, p.409).

O profissional que irá atuar com esse grupo etário deve estar disposto a aprender e conhecer, na medida em que se tem claro que o “projeto educativo para a terceira idade deve oferecer um leque de conhecimentos, como linguístico, literário, musical, artesanal, corporal, filosófico, religioso, social, folclórico e artístico” (PIRES; LIMA, 2007, p.415). Com base em amplos conhecimentos, os educadores poderão auxiliar os idosos na construção de novos conhecimentos, que sejam significativos para eles, aumentando sua autoestima e autoconfiança e tornando-os mais participativos na sociedade.

3. EXEMPLOS DE EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Neste capítulo, pretendemos destacar três experiências positivas de educação permanente. As experiências serão relatadas de forma resumida, servindo como exemplos para aqueles que se interessam por esta área de atuação. Como importantes e eficientes exemplos, serão citadas as atividades desenvolvidas pelas Universidades da Terceira Idade (UNITIs) ou Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIIs), que começaram a surgir no Brasil na década de 1980. Baseadas no modelo europeu, esses espaços ganharam destaque e em 2002, segundo Johannes Doll, estimavam-se cerca de 200 instituições desse tipo.

Segundo Doll, as experiências no Brasil são diversificadas, “abrangendo desde cursos de alfabetização, passando por grupos que lembram mais grupos de convivência, até UNITIs com disciplinas e currículos bem definidos” (DOLL, 2002, p.2). A participação de idosos em Universidades da Terceira Idade além de combater o isolamento e a exclusão social, contribui também para a diminuição dos sintomas depressivos, comuns na velhice. Assim, as Universidades Abertas à Terceira Idade passam a ser ambientes de construção de uma nova imagem de velhice. Nesses espaços são oferecidos diferentes práticas de socialização, como cursos da área artística, esportiva, educativa, além de passeios e festas. Os idosos procuram esses espaços com as seguintes intenções: convivência e relacionamento entre pares e também intergeracional, atualização, troca de experiência, conhecimento sobre a terceira idade e autoconhecimento.

O NETI, Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado em março de 1982, sendo a primeira instituição de ensino superior no Brasil a aderir ao movimento Universidade Aberta à Terceira Idade. Servindo como espaço de estudos e pesquisas de graduação e pós-graduação, o NETI parte da concepção de educação

permanente, oferecendo diversas atividades em forma de cursos, grupos, oficinas e projetos, para a atualização e inserção dos idosos na sociedade, além de cursos para profissionais que atuam na área.

De acordo com Cachioni (2003), as atividades oferecidas para os idosos, e para os profissionais são: Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, Os Avós na Universidade, Curso de Crescimento Pessoal I e II, Curso de Estudos e Interações Humanas, Grupo de Encontro de Amigos, Inglês, Contadores de História, Teatro, Intercâmbio Comunitário em Gerontologia, Curso de Especialização em Gerontologia, Ginástica para a Terceira Idade, Grupo de Convivência 5 de Maio, entre outras.

Desde seu surgimento, o NETI tem se empenhado na produção de conhecimentos na área da gerontologia, dando prioridade sempre ao potencial dos idosos e buscando aperfeiçoar a formação de mais profissionais para a área, além da luta pela criação de políticas públicas de atenção à pessoa idosa.

Outro exemplo importante a ser destacado é a Universidade Aberta à Terceira Idade da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) da USP São Paulo, que foi estruturada em 1993 e funciona da seguinte forma: os idosos que preencherem pré-requisitos como idade mínima de 60 anos e exame de currículo ou formação superior, podem cursar disciplinas das três áreas do conhecimento, ou seja, ciências humanas, exatas e biológicas.

O programa da UNATI- EACH é dividido em três partes: disciplinas regulares, atividades complementares didático-culturais e atividades complementares físico-esportivas. Essas atividades são desenvolvidas também em outros campos da USP, como Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos, conforme os critérios estabelecidos por cada unidade.

Uma pesquisa sobre o grau de satisfação dos participantes das atividades da UNATI destacou que grande parte dos entrevistados afirmou estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com o envolvimento no programa, e destes, 95% eram mulheres (ORDONEZ e CACHIONI, 2009). A pesquisa apontou também, que a participação nas disciplinas ou nas atividades de fórum de debates, canto, cursos de línguas, matemática do dia a dia, caminhadas, jogos, condicionamento físico, dentre outras atividades, colaborou para a atualização de conhecimentos e trouxe ganhos na melhoria da qualidade de vida para uma velhice bem-sucedida.

Outra experiência bem-sucedida é a UNITI da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que considera como um de seus pressupostos diante da pergunta “Por que a participação da Universidade com a terceira idade?” a seguinte resposta:

Por sua natureza e potencialidades, a Universidade constitui-se em espaço inovador privilegiado que possibilita o intercâmbio e a complementaridade com órgãos da sociedade política e da sociedade civil. É capaz de contribuir com produção de conhecimentos, com serviços de apoio e outros de documentação (CASTRO, 2011, p.13).

É nítida a responsabilidade que esta Universidade tem para com a população idosa. Por meio de uma educação não formal e grupal, o projeto UNITI-UFRGS desenvolve atividades que partem do interesse dos próprios idosos, sempre com o objetivo de inovar, no sentido de possibilitar mudanças positivas na vida dos idosos. A utilização do trabalho em grupo, de acordo com Castro (2011), tem possibilitado a aprendizagem da autogestão, ou seja, os idosos se tornam mais autônomos e auto organizados, “não há hierarquia de poder, porque a representatividade no grupo é igual, apesar de as funções serem diferentes” (p.21). Como exemplo dos trabalhos desenvolvidos, são citados os temas de alguns subprojetos da UNITI, como: Cine Debate, Cultura, Estudos e Debates, Literatura, Natureza e Saúde, Subprojeto

Social, UNITI em Canto, Expressão Corporal e Informática. Apesar da heterogeneidade da clientela, os resultados das atividades desenvolvidas com os idosos são muito positivos e expressivos, indicando a importância e a necessidade da criação de mais espaços educacionais mais amplos abertos à terceira idade (CASTRO, 2011).

4. O QUE O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PODE OFERECER AOS IDOSOS: A OPINIÃO DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA

Neste capítulo, serão discutidas as contribuições de três especialistas na área da educação gerontológica, que responderam a um pequeno questionário sobre a relação Educação e Envelhecimento.

A partir das respostas de cada um, organizadas no quadro abaixo, será feita uma reflexão e um levantamento de pontos relevantes que servirão de esclarecimento para os profissionais da educação que pretendem trabalhar com idosos.

Questões	Especialista 1*	Especialista 2**	Especialista 3***
1-Quais as contribuições da área da educação para a promoção da velhice bem-sucedida, em matéria de saúde física, psicológica e de participação social?	As minhas ideias a respeito das contribuições da educação para o campo do envelhecimento, publiquei em um artigo na revista “A terceira idade” do SESC.	A maior contribuição será dada quando todos os profissionais de educação e todas as instituições escolares compreenderem o sentido da expressão “Educação ao longo da vida”. As Universidades para a Terceira Idade; os Centros de Convivência; e alguns locais que trabalham com a perspectiva da educação popular se destacam na área.	Reeducação no estilo de vida quanto aos hábitos alimentares, convivência social, espiritualidade, exercícios físicos e participação em movimentos sociais. Essas orientações são viáveis nos Programas de Alfabetização e nas modalidades de ensino fundamental e médio de EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos).

<p>2-Quais os campos de atuação do pedagogo na área da gerontologia?</p>	<p>Atualmente, são dois campos em que pedagogos atuam. Por um lado, em processos educativos para pessoas idosas (cursos, universidade da terceira idade, escola aberta, inclusão digital, etc.), por outro lado, os pedagogos como professores da Educação infantil e Séries Iniciais podem trabalhar questões do envelhecimento junto com os seus alunos. Existem experiências neste campo, ainda que raro.</p>	<p>O pedagogo pode e deve lutar por seu espaço de atuação nas Universidades para a Terceira Idade, nos Centros de Convivência e nos CIEJAs (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), seja como professor ou como gestor. Além disso, não deve esquecer do seu papel nas escolas de educação infantil e ensino fundamental para fazer valer o artigo 22 do Estatuto do Idoso que indica a inserção de conteúdos ligados à velhice e ao envelhecimento.</p>	<p>Nos Programas de Alfabetização de Jovens, Adultos e idosos, nas modalidades de ensino fundamental e médio de EJAI, envolvendo o ensino técnico profissional; Nos Centros de Convivência dos Idosos; Nos Programas e Projetos de Extensão das Universidades e movimentos sociais.</p>
<p>3-Que tipo de programas e projetos podem ser oferecidos pelos pedagogos para os idosos?</p>	<p>Isso depende da criatividade dos pedagogos, mas também das capacidades dos mesmos. Pedagogos com conhecimentos de informática podem oferecer cursos de inclusão ou atualização digital aos idosos, pedagogos com conhecimentos em literatura ou filosofia podem oferecer cursos nestas áreas para idosos. Aqui encontramos um desafio em relação à exata delimitação do campo profissional do pedagogo. Em princípio, ele (ou normalmente ela) é formado/a para atuar em séries iniciais da escolarização e educação infantil. Mas também é competente em organizar processos de aprendizagem, mesmo se na formação geralmente processos de aprendizagem de idosos não constam no currículo, parecido com outras profissões, onde o médico é apto para cuidar da saúde do idoso, mesmo se nos cursos de medicina existe praticamente nada sobre a situação específica da saúde do idoso. A competência de organizar processos de aprendizagem possibilita também um trabalho em conjunto com outras profissões para contribuir numa perspectiva de equipe multidisciplinar com seus conhecimentos específicos para processos de</p>	<p>Programas e projetos precisam ser oferecidos a partir das demandas das pessoas idosas. Uma sugestão é realizar “círculos de cultura” (Paulo Freire) para dar vez e voz a estas pessoas e levantar possíveis temas geradores de projetos e programas.</p>	<p>Programas e Projetos que envolva alfabetização, leitura, escrita, artes, corpo e movimento e temáticas com foco na saúde, memória e nas relações intergeracionais.</p>

	aprendizagem de idosos.		
4-Há alguma experiência prática própria ou de outrem da qual gostaria de falar ou cuja leitura recomendaria?	Na UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Educação, é meu foco de trabalho exatamente o estudo das interfaces possíveis entre educação e envelhecimento.	Tive a oportunidade de oferecer um projeto chamado “Convivência e Educação Intergeracional” para a Secretaria de Educação do município de Atibaia que causou impacto significativo nas atitudes de crianças em relação aos idosos. Recomendo a leitura do livro “Vovô vai à escola” pois nele há a descrição de um projeto de leitura planejado intencionalmente para as crianças do ensino fundamental I refletirem sobre a heterogeneidade da velhice.	Projeto Intergeracional, da minha autoria que tem como referencial os Círculos de Cultura, com base em Paulo Freire para alfabetizar os idosos a partir dos temas geradores extraídos do texto do Estatuto dos Idosos (Lei 10.741 de 01 de outubro/2003) que foi transformado em Cordel para uma versão popular em função de informar sobre os direitos, sobretudo para apropriação da leitura de mundo e da palavra como nos ensinou Paulo Freire.

*Prof. Dr. Johannes Doll- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento - UFRGS

** Prof. Dra. Mônica Ávila Todaro - Doutora em Educação, Mestre em Gerontologia pela UNICAMP e Docente da UNINOVE.

*** Prof. Dra. Deuzimar Costa Serra- Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Em relação à primeira questão, o Especialista 1 cita seu artigo publicado na revista Terceira Idade (SESC), que tem como principal proposta demonstrar as “diferentes interfaces que existem entre Educação e Envelhecimento” (DOLL, 2008, p.1). Por meio de uma análise da Educação durante os séculos, traz a importância da ampliação do conceito de educação e discorre sobre a Gerontologia Educacional, um novo campo dessa área do conhecimento. O texto fala sobre as atividades educacionais para pessoas idosas, sobre o envelhecimento como tema em contextos educacionais e por fim, fala da necessidade de formação de profissionais para trabalhar com as questões do envelhecimento. Já as especialistas 2 e 3, trazem exemplos de programas e contextos em que a educação e o envelhecimento estão presentes..

Sobre a segunda questão, os especialistas são unânimes em citar os espaços das Universidades como campo de atuação dos pedagogos, pois são ambientes que têm dado oportunidades à convivência e à participação em grupos, além de encontro intergeracional,

entre jovens e idosos. Os especialistas 1 e 2 falam da importância de promover mudanças de atitudes em crianças, por meio da introdução do tema velhice/envelhecimento nos currículos de educação básica. Sobre esse assunto, a especialista 2, professora Mônica A. Todaro, escreveu um livro, que está indicado na resposta quatro e também compõe as referências deste trabalho.

As especialistas 2 e 3 também destacam a modalidade de educação de jovens, adultos e idosos (EJAI), como um campo importante de atuação para os pedagogos. Este é um espaço frequentado por idosos que muitas vezes estão em busca da alfabetização, um dos temas do doutorado da especialista número 3.

Em relação à questão de número três, o professor Johannes Doll (especialista 1), destaca um ponto de extrema importância, que é sobre a formação dos pedagogos. A grande maioria dos pedagogos/pedagogas são formados para atuarem nos anos iniciais da educação básica, restringindo seu campo de atuação somente a crianças. Contudo, a competência de organizar processos de aprendizagem, adquiridas durante o curso, podem auxiliar no desenvolvimento de projetos específicos para idosos. Ele também acrescenta a importância do trabalho multidisciplinar com outros profissionais.

Usando como base teórica o educador Paulo Freire, a especialista 2 evidencia a importância de partir as atividades daquilo que faz parte dos interesses do grupo com qual pretende se trabalhar, sugerindo os círculos de cultura, de onde são levantados temas geradores para a realização dos trabalhos. A professora Deuzimar (especialista 3), traz dicas de temas que poderiam ser trabalhados com os idosos. Alguns desses temas também foram destacados em outros capítulos deste trabalho.

A questão 4 traz a experiência de atuação dos especialistas na área da educação e envelhecimento. Embora atuando em Estados diferentes, percebe-se entre os três especialistas consultados, concordância sobre o assunto, além de empenho no desenvolvimento de programas e projetos para a Terceira Idade. Suas respostas evidenciaram ainda mais a importância da educação para os idosos e a existência ampla, porém ainda desconhecida, do campo de atuação de pedagogos junto aos idosos. Além disso, também ficou evidente a necessidade da formação de pedagogos qualificados para o desenvolvimento deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi realizado com base em leituras sobre o tema “Educação e Envelhecimento”. Artigos acadêmicos e livros foram lidos e dentre as reflexões e considerações feitas sobre as leituras, pode-se destacar a falta de pedagogos atuando com os grupos da terceira idade. Praticamente todas as experiências citadas nos textos lidos foram realizadas por profissionais da área da psicologia, assistência social, enfermagem e educação física. É por isso que se pode afirmar a necessidade e a importância de um maior contato e troca entre as Universidades da Terceira Idade e as Faculdades de Educação.

O trabalho demonstrou a importância da educação para os idosos e a necessidade do desenvolvimento de programas e projetos educacionais voltados para a terceira idade. Exemplos de experiências bem-sucedidas foram citados, porém, em nenhum deles, a iniciativa partiu das Faculdades de Educação. Dessa forma, fica evidente que pouca ou nenhuma atenção tem sido dada pelos pesquisadores da área da educação à pessoa idosa.

O aumento do número de idosos está tornando cada vez mais incontestável a necessidade de políticas públicas que atendam as demandas desse grupo. Especificamente na área da educação, muito ainda deve ser feito e por isso, este trabalho buscou evidenciar o direito dos idosos à educação, o papel da educação ao longo da vida, as contribuições do pedagogo, os campos de atuação para os pedagogos que se interessam por esta faixa etária e a necessidade da formação de profissionais para atuarem nessa área.

Partindo de uma concepção de educação permanente, considera-se que a educação ao longo da vida é um instrumento promotor de mudança cultural, mudança que deve ocorrer primeiramente na área da própria educação, que ainda se limita ao desenvolvimento apenas da criança e do jovem. Por compreender que os homens estão sempre em formação, ou seja, em processo de aprendizagem sobre a vida, considera-se neste texto que a área da educação, que visa à formação de cidadãos conscientes, deve se empenhar por estabelecer relações com todas as faixas etárias que compõem a sociedade.

A população brasileira está envelhecendo e, dentro de não mais de 20 ou 30 anos, a educação dos idosos deverá deixar de ser uma opção, para ser um imperativo de progresso social. As Faculdades de Educação deveriam preparar-se e preparar os profissionais que estarão atuando em educação nos próximos 40 anos para agir nessa realidade a respeito da qual têm enormes lacunas de informação e muitos preconceitos.

Sobre os programas desenvolvidos que incluem os idosos, é interessante destacar os programas intergeracionais, que devem ter prioridade nos projetos de educação para idosos. É inquestionável que o contato intergeracional beneficia não só os idosos, como também os jovens, que têm oportunidade de rever crenças e estereótipos em relação à velhice, além de se beneficiarem com as experiências dos mais velhos. Essas trocas contribuem para o aprimoramento de conhecimentos e para o aprofundamento da afetividade, sociabilidade e

comunicação entre as gerações. O contato intergeracional possibilita a quebra de preconceitos, como também, beneficia as gerações com as trocas culturais, pois tanto a geração de jovens, como a geração de idosos, possuem conhecimentos para serem divididos e mutuamente aprendidos.

Há necessidade da formação de profissionais da educação qualificados para trabalhar na educação com idosos, profissionais que se comprometam a valorizar as capacidades e competências dos educandos, profissionais que valorizem as experiências de vida dos idosos, tomando, contudo, o cuidado de não os infantilizar. Essa é uma questão muito importante e que deve ser levada em consideração ao se pensar em projetos e programas para os idosos. Toda a experiência de vida dos idosos deve ser respeitada e considerada e todas as atividades desenvolvidas devem partir dos interesses dos próprios idosos.

Por meio de construções coletivas, os indivíduos idosos possuem o direito de terem condições apropriadas para uma educação de qualidade que contribua para o desenvolvimento de cada um, como sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seus direitos. Isso só será possível por meio de uma pedagogia da escuta e do diálogo, uma pedagogia que valoriza os saberes da experiência, mas que também acredita na construção de novos saberes, pois os conhecimentos sobre a vida são construídos durante todo o seu decorrer.

Evidentemente, ainda há um longo caminho a ser percorrido pela área da educação para que os idosos recebam a atenção adequada e tenham suas demandas atendidas. As iniciativas existentes devem ser valorizadas e aperfeiçoadas, com vistas à melhoria da qualidade dos programas educacionais oferecidos a esse grupo etário.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. O tempo da memória, Rio de Janeiro, Campus. 1997.
- BOTH, A. Educação Gerontológica: posições e proposições/ Agostinho Both. – Erichim: São Cristóvão, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Brasília, DF: Senado 1948.
- BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (1999). Aprovação PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. Brasília, DF: Senado 2006.
- BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Brasília, DF: Senado 1994.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei N. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF: Senado 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CACHIONI, M. Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade São Francisco / Meire Cachioni. - Campinas, SP: [s.n.], 1998. (TESE DE MESTRADO)
- CACHIONI, M. Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. 1. ed. Campinas: Alínea, 2003. v. 1.
- CACHIONI, M; NERI, A. L. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. RBCEH. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 99-116, 2004.
- CACHIONI, M; PALMA, L S . A Educação Permanente: Perspectiva para o trabalho com o adulto maduro e o idoso. In: E V Freitas. (Org.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Koogam, 2006, v. 1, p. 1456-1465.
- CASTRO, O. P. de (org.). Experiências e Perspectivas: envelhecer inovando. É possível?: a UNITI como espaço de experiências inovadoras. Porto Alegre- RS. AGE, 2011.
- CENSO BRASIL. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> (acessado em 31/05/2012)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Envelhecimento e Subjetividade: Desafios para uma Cultura de Compromisso Social/ Conselho Federal de Psicologia, Brasília, DF, 2008.

DEBERT, G. G. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DELORS, J. Educação - um tesouro a descobrir. In J. Delors (org.). Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI . Edições Asa: Lisboa, Portugal, 1996.

DOLL, J. Pedagogia social e a realidade brasileira. In: Anais do I Encontro Ibero-Americano. A intervenção educativa na velhice desde a perspectiva de uma pedagogia social; 22, 23 e 24 de maio de 2002; Caxias do Sul – RS; 2002.

DOLL, J. . Educação e Envelhecimento - fundamentos e perspectivas. A Terceira Idade, v. 19, p. 7-26, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 50ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GALZERANI, M. C.B. A tessitura do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa literária. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí, RS.: Editora UNIJUÍ, p. 649-660, 1999.

GOMES, A. Envelhecer saudável no mundo do trabalho: uma análise da interação dos educandos no módulo "Saúde e Cidadania" do programa Integrar. 2007. Dissertação (Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

IRIGARAY, T. Q. Envelhecendo e Aprendendo. In: CASTRO, O. P. de (org.). Envelhecer – revisitando o corpo. Sapucaia do Sul: Notadez, 2004, 136p.

LIMA, M. P. Gerontologia educacional: uma pedagogia específica para o idoso - uma nova concepção de velhice. São Paulo: LTr, 2000.

MARTINS DE SÁ, J.L. Cap.14 – Educação e Envelhecimento. In: Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais/ Ligia Py (et al) – 2 ed. Holambra, SP: Editora Setembro, 2006.

MIRANDA, J. dos R; COSTA, M.L.S. Práticas educativas em espaço não formal com idosos: uma possível atuação pedagógica. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão – SE/ Brasil. 2011. ISSN 1982-3657.

NERI, A.L.; YASSUDA, M.S (orgs); CACHIONI, M. (colab.). Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas, SP: Papirus, 2004 – coleção vivacidade.

NERI, A. L. Palavras-chave em gerontologia. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2005.

ORDONEZ, T. N.; CACHIONI, M. Universidade Aberta à Terceira Idade: a experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH USP. RBCEH. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, v. 6, p. 74-86, 2009.

PATROCINIO, W.P. O Movimento Abrindo Portas e sua Inserção na Sociedade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.) ; Neri, Anita Liberalesso (Org.) ; Cachioni, Meire Cachioni (Org.) . As Múltiplas faces da Velhice no Brasil. 1. ed. Campinas: Alínea, 2003. v. 1. 250 p.

PIRES, L. S. P.; LIMA, S. A. S. C. O pedagogo e a pedagogia do envelhecer. Fragmentos de Cultura, 17 (3/4): 403-419, 2007.

TODARO, M. A. Vovô vai à escola. Campinas, SP: Papirus, 2009.